Título: Um Estudo sobre a Presença de Imigrantes Italianos na Região de Oliveira – MG (1850 – 1915)

Autora: Mariana Eliane Teixeira, projeto de iniciação científica FAPEMIG

Introdução

O presente trabalho tem a pretensão de fazer um pequeno levantamento sobre a vida dos imigrantes italianos no sudoeste mineiro, em especial na cidade de Oliveira, durante um período que vai de meados do século XIX até o ano de 1920. Para que pudéssemos chegar até estes imigrantes e compreender um pouco mais o desenrolar de suas vidas foram utilizados os processos criminais pertencentes ao fórum da cidade de Oliveira. Os processos crimes analisados, que se encontram dentro do período escolhido (1850 – 1920), perfazem um total de 28 documentos abrangendo cerca de 40 italianos, envolvidos de alguma forma com os trâmites da justiça criminal. Além disso, foram utilizadas algumas edições do periódico de Oliveira *Gazeta de Minas,* concernentes ao ano de 1887 e 1888, para assim termos uma melhor dimensão do processo de transição para a mão-de-obra assalariada na região, processo esse que contou com os trabalhadores estrangeiros.

Ao realizarmos esta pesquisa, tivemos um grande cuidado em procurar dentro de todo o acervo criminal disponibilizado, os italianos que apareciam não só no banco dos réus, mas também compondo o quadro de ofendidos e testemunhas. Tal cuidado se fez pertinente pelo fato de buscarmos a trajetória dos imigrantes italianos como um todo, e não apenas aqueles que deixaram suas marcas como réus nos autos criminais.

As análises dos resultados alcançados com este trabalho se dividem em dois momentos. Primeiramente, buscamos traçar um perfil para os imigrantes antes e depois do período de imigração levantando as possíveis diferenças. Em seguida, detivemo-nos aos laços solidários existentes entre os mesmos e os fatores contribuintes para o processo de reconstrução de uma identidade italiana no Brasil.

Revisão Bibliográfica

De acordo com Amado Luiz Cervo, em capítulo escrito na coletânea *A Presença Italiana no Brasil II*, organizada por Luís A. de Boni, os relatórios ministeriais nos mostram que, as relações diplomáticas entre Brasil e Itália se iniciaram quando a Itália passava pelo seu processo de unificação, no início da década de 1860[1]. Com o decorrer dos anos, essas relações se estreitaram e o Brasil viabilizou a entrada de imigrantes em seu território para trabalhar na lavoura, enquanto a Itália facilitava a entrada do café brasileiro no seu mercado.

[1] CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil a Itália desde 1861. In: BONI, Luís Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Tecnologia. Fundacione Giovanni Agnelli, 1990, p. 22.

Já na década de 1880, a necessidade de imigrantes para solucionar a falta de mão-de-obra tornou-se mais evidente. Como nos lembra Verena Stolcke, a crescente demanda internacional por café e a expansão desta cultura para o Oeste Paulista, impulsionou os fazendeiros e a província de São Paulo a investir na entrada de estrangeiros, visto que, o possível fim da escravidão e a ausência de uma reserva de mão-de-obra, poderiam abalar as estruturas econômicas do país. [2]

Como podemos perceber, a necessidade primordial do imigrante italiano seria como mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Mas a historiografia que aborda as políticas imigracionistas do governo brasileiro na segunda metade do Oitocentos, aponta-nos outros aspectos e finalidades da imigração.

O primeiro deles é a criação de núcleos coloniais em diversas províncias do país com a finalidade de povoar os territórios cuja densidade populacional fosse fraca. Zuleica Maria Alvim, ao citar as políticas de imigração no sul do Brasil, deixa claro que, os primeiros italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, entre 1870 e 1885 foram destinados para lá, a fim de fundar colônias que povoassem as desabitadas regiões sulinas[3].

O segundo aspecto importante de se notar, e que os relatórios ministeriais e provinciais nos mostram é que, o incentivo à imigração no Brasil se deu num contexto de constituição do capitalismo no país e consequentemente de surtos industriais. Tal contexto revestiu o discurso político em prol da imigração com uma roupagem de modernidade. Ou seja, o imigrante era visto como portador do progresso e da modernidade e que, por meio de suas avançadas técnicas de produção e cultivo na lavoura, eles deveriam ser contratados. Segundo Sidney Chalhoub, o imigrante era pensado como alguém que sempre prezasse o labor e que cultivasse as virtudes da ética capitalista, servindo de exemplo ao trabalhador nacional. [4]

O último ponto a levantarmos sobre as justificativas da imigração no Brasil é a questão do cálculo racial. Na segunda metade do século XIX, percebemos certo alvoroço na intelectualidade do Brasil quanto aos questionamentos dos componentes étnicos do povo brasileiro. Diante de tais questionamentos iniciou-se um grande debate a respeito da miscigenação ocorrida no país. Alguns viam a mistura de raças como um mal que causava o atraso do Brasil em relação aos europeus, que eram ditos de “raça pura”, vendo no branqueamento da população a saída para o desenvolvimento do país. [5] Este debate sobre

---

[2] Stolcke, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
[3] ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. – 2 ed. - São Paulo: Editora da USP, 2000.
[4] CHALHOUB, Sidney. Trabalho, *Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.
[5] CONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de História, a diversidade como “patrimônio sociocultural”; IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

a necessidade de regeneração física do povo brasileiro e a reforma moral da sociedade esteve presente nas discussões políticas sobre a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, e são encontrados nos relatórios de província. Segundo Antônia Colbari, o contexto em que se deu a imigração para o Brasil, foi um contexto no qual o trabalhador nativo não era mais visto como apto a trabalhar e concepções como eugenia e cálculo racial orientavam a política imigracionista brasileira. [6]

Em linhas gerais, a maioria dos trabalhos sobre a Imigração Italiana no Brasil dá prioridade ao caso paulista. O fato de São Paulo ter se articulado primeiro junto aos fazendeiros para subsidiar a vinda de trabalhadores estrangeiros, fez com que a província se destacasse como a que mais recebeu imigrantes em seu território. A expansão do café para o Oeste Paulista, em conseqüência do aumento do consumo de café internacionalmente, não poderia sofrer os abalos do fim do sistema escravista. Diante do fato de São Paulo receber a maior parte dos imigrantes, principalmente os italianos, a maioria das pesquisas sobre Imigração é dedicada a esta província.

Para a região sul do Brasil, existe grande número de trabalhos sobre a imigração alemã e italiana. Mas como a presença imigrante no sul teve um caráter de povoamento, fundando-se inúmeras colônias, grande parte destes trabalhos, volta-se para o estudo destas comunidades, salientando a importância dos costumes alemão e italiano na formação cultural do sul do Brasil.

No que se refere à imigração em Minas Gerais, as justificativas e caminhos são bastante distintos daqueles percorridos por São Paulo e pelas demais regiões brasileiras, fazendo com que a historiografia que explica a transição da mão-de-obra para o caso paulista, não se aplique nas mesmas medidas e proporções para a província de Minas Gerais.

Além disso, vale lembrar que Minas conta com uma diversidade regional muito grande, e isso nos faz perceber que, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, e o processo de substituição do trabalhador nacional pelo imigrante, não se deram da mesma forma para toda a província, apresentando consideráveis diferenças. Mônica Ribeiro de Oliveira, num trabalho sobre a imigração Alemã e Italiana para Juiz de Fora, na Zona da Mata, nos chama a atenção para este fato de Minas Gerais apresentar sistemas econômicos diferenciados em sua evolução histórica, fazendo-a adotar modelos específicos de mão-de-obra, de acordo com suas próprias características. [7]

---

[6] COLBARI, Antônia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. ANPUH: 2007

[7] OLIVEIRA, Mônica R. de. *Imigração e industrialização :alemães e italianos em Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. UFF, 1992.

Diante dessas considerações, cabe a nós elucidar os principais trabalhos que se dedicam a entender este processo em Minas Gerais e apontar os possíveis caminhos da pesquisa nesta área.

Autores como Roberto Martins e Alcir Lenharo, dentre outros, mostraram por meio de seus trabalhos que, depois do surto de extração aurífera, a economia mineira não entrou em decadência[8]. Com o fim dos recursos minerais valiosos, Minas Gerais envolveu-se em atividades agrícolas, e tais atividades apresentavam um dinamismo tão grande, que a província importava a maior quantidade de escravos do país durante o século XIX. Sua diversidade regional refletia na heterogeneidade de sua produção, que embora não fosse para exportação, era destinada ao mercado interno e abastecimento da corte.

Segundo Emília Viotti, na obra *Da Senzala à Colônia,* o fato de Minas reutilizar os braços escravos que estavam envolvidos na atividade mineratória, fez com que, a província, não sentisse urgentemente a falta de mão-de-obra, como aconteceu nas demais regiões produtoras de gêneros agrícolas para exportação. [9]A autora nos mostra que até a década de 1870, Minas não possuía praticamente nenhuma colônia imigrante de expressividade, contando apenas com algumas experiências sistemáticas, ao contrário do que acontecia para São Paulo e algumas regiões do sul do Brasil.

Ana Lúcia Lanna, ao trabalhar a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira mostrou que, a demanda por trabalhadores imigrantes em Minas neste contexto foi limitada, tendo em vista a ausência de uma fronteira agrícola em expansão, o contrário do que aconteceu para São Paulo. [10] Ou seja, as atividades econômicas desempenhadas pela província não tinham necessidade de mais e mais trabalhadores, fazendo com que a mesma contasse com o trabalhador nacional como uma alternativa para a organização do mercado de trabalho livre.

Somente no final da década de 1880 Minas Gerais aderiu efetivamente à imigração.

Norma de Góes Monteiro, num trabalho referencial sobre a política de imigração e colonização mineira destacou que, a presença de imigrantes em Minas deu-se de forma gradualista e em números muito inferiores, se comparada à província de São Paulo[11]. Para a autora, isto poderia ser explicado por fatores já mencionados por Emília Viotti como a existência de maiores lavouras em São Paulo, e o fato de Minas absorver a mão-de-obra nacional em suas atividades agrícolas.

---

[8] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979. e MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cedeplar / UFMG. Belo Horizonte: 1980.
[9] COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 140.
[10] LANNA, Ana Lúcia. A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1970 – 1920. 2ed. Campinas, editora da UNICAMP: 1989, p. 85.
[11] MONTEIRO, Norma de Góes**.** *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte: 1994, p. 16.

Os principais trabalhos que encontramos para Minas preocupam-se com os aspectos políticos e econômicos da imigração utilizando os relatórios provinciais e municipais e os registros de entrada dos imigrantes nas hospedarias como fontes de pesquisa. Ou seja, são trabalhos importantes que priorizam toda a arquitetura política para compreender a chegada e o estabelecimento dos imigrantes em Minas.

Contudo, o atual momento historiográfico de questionamento das macro-análises, em prol de uma diminuição da escala de observação dos fenômenos históricos e o surgimento de novos atores sociais, nos faz querer compreender aspectos da vida dos imigrantes italianos em Minas Gerais, que vão além de suas estadias nas hospedarias ou fazendas mineiras. Nosso trabalho sobre a presença italiana na região de Oliveira foi um tentativa de resgatar a trajetória social e econômica dos imigrantes que para lá se dirigiram, tendo em vista a quase inexistência de trabalhos como este que realizamos para Minas Gerais.

Metodologia

Como já demonstramos em outros momentos do texto, a fonte principal para o desenvolvimento deste trabalho foi a documentação criminal do acervo judiciário de Oliveira.

Os processos criminais têm sido freqüentemente utilizados pela historiografia, na medida em que, oferecem a possibilidade de extrair análises variadas de grupos sociais diversos, que ao longo dos anos recorreram à justiça e deixaram suas diferentes versões da realidade. Diante da documentação selecionada que envolvia imigrantes italianos, fizemos uma análise qualitativa da mesma, procurando problematizar cada parte do processo, para assim podermos extrair o máximo de informações sobre o universo dos imigrantes italianos que viveram em Minas Gerais.

Outra fonte que utilizamos foi todas as edições do periódico *Gazeta de Minas* referente aos anos de 1887 e 1888, para melhor compreendermos o processo de transição para a mão-de-obra assalariada no interior mineiro.

Após a leitura de todos os processos selecionados, e coletados os dados que nos interessava, de acordo com os objetivos apresentados, confrontamos os resultados a que chegamos com a bibliografia referente ao assunto e que foi utilizada durante todo o processo de leitura dos documentos, como suporte teórico da referida pesquisa.

Análise dos Resultados

1. Histórico da cidade de Oliveira

A cidade de Oliveira não apresenta praticamente nenhum estudo sobre a sua História, oferecendo à nossa pesquisa grandes obstáculos. Com exceção de alguns poucos

livros escritos por historiadores amadores, não existe quase nada sobre a história desta região mineira.

Para amenizar este contratempo, recorremos à leitura do jornal *Gazeta de Minas*, publicado semanalmente em Oliveira desde 1887 até os dias de hoje. A leitura dos primeiros anos deste jornal, junto a um prévio conhecimento da documentação criminal que envolveu imigrantes italianos para esta cidade e seus distritos, possibilitou-nos sair um pouco da escuridão em que nos encontrávamos e reconstruir, ainda que de maneira tímida, o contexto histórico desta localidade nos anos finais da escravidão.

Nos primeiros anos de publicação da Gazeta *de Minas*, existe uma série de reportagens sobre a história de Oliveira, procurando resgatar suas remotas origens até os anos atuais de 1887 e 1888. Nessas reportagens, encontramos dados referentes à educação, religiosidade, disposição urbana, economia e política deste município, incluindo notas referentes aos seus distritos.

Como a nossa finalidade é compreender esta região nos anos finais da escravidão, selecionamos alguns trechos de reportagens que muito nos ajudaram. Sobre a disposição urbana e social desta cidade do sudoeste de Minas encontramos o seguinte:

> A cidade conta hoje com 22 ruas, com 3 praças e 3000 almas, com perto de 1000 casas; as praças denominam-se: da Matriz, do Rosário e do Cruzeiro. As ruas têm por nome: S. Sebastião, Comércio, Senhor dos Passos, Direita, Duque de Caxias, general Ozório, Ginásio, Santo Antônio, Tiradentes, Aurora, Cruzeiro, 7 de setembro, Dr. From, Pescadores, Visconde do Rio Branco, Palmeiras, Formosa, Flores, Municipal, Teatro, 2 de dezembro e Brejo Alegre.
>
> Têm as Igrejas da Matriz, Rosário, Senhor dos Passos, em construção a capela de S. Sebastião; um cemitério público, um sofrível teatrinho (...), casa da câmara e cadeia, encanamento d'água e ostenta-se bela entre as mais belas da província.
>
> População:
>
> Segundo o último recenseamento da população do Império, a do município monta a 23213 almas; distribuídas pelas seis freguesias do seguinte modo:
>
> Oliveira.....4216
> Japão.....3295
> Passatempo.....2876
> Cláudio.....4111
> Santo Antônio do Amparo.....6266
> São Francisco de Paula.....5449
>
> Destas são: livres 19330, escravos 6883 calculados hoje em 5000 pelas alforrias, mortes e mudanças.
>
> (Jornal Gazeta de Minas, 15 de janeiro de 1888, edição n° 20, p.1).

No que se refere aos aspectos econômicos, o jornal apresenta:

> Agricultura: A criação constitui a vida do município; a de gado e porcos faz a ocupação dos fazendeiros que exportam o gado para a corte e os porcos, em toucinho para Soa João Del Rei, Ouro Preto e Sabará. O açúcar, hoje produzido em alguma escala, é consumido quase todo no município, exportando-se algum para os municípios vizinhos, importando uma pequena quantidade de Pitangui.
>
> O café cujo cultivo está ganhando incremento, ainda mal chega para as necessidades do município, bem como o arroz, milho feijão, mandioca, mamono, fumo, batata e outras leguminosas, embora o município os tenha em grande abundância. (...)
>
> O gado ovelhum é criado para dar duas vezes ao ano, a tosquia da lã de que se fabricam as lãs mineiras, utilizadas para vestuário, excelente preservativo contra o frio (...).
>
> O gado cabrum não é criado senão para ser aplicado aos pequenos carros chamados comumente carros de cabritos. (...)
>
> O animal cavalar é muito apreciado como meio de condução; além dos que possuem como cavalgadura e mandam vir do sertão, diversos fazendeiros dedicam-se a criá-los em suas fazendas, tornando-os um ramo do comércio para a província do Rio e parte de Minas.
>
> (Jornal Gazeta de Minas, 05 de fevereiro de 1888, edição n°23, p.1).

Em linhas gerais podemos perceber que, o município de Oliveira, não desempenhava nenhuma atividade voltada para exportação. Sua principal produção econômica estava ligada à criação de gado e porcos com a finalidade de serem exportados para a Corte e para outras cidades de Minas Gerais. Ou seja, as atividades econômicas desta região faziam parte do mercado interno mineiro e interprovincial Minas-Corte.

No que se refere ao impacto da abolição nesta região e às medidas adotadas por seus fazendeiros, a nossa principal fonte continua sendo a *Gazeta de Minas*. Durante todo o ano de 1888, a *Gazeta de Minas* publicou grande quantidade de matérias sobre a questão da substituição da mão-de-obra. Como vimos anteriormente, a alternativa imigrante para Minas Gerais deu-se tardiamente, já no ano da abolição da escravatura. Sendo assim, algumas matérias aconselhavam aos fazendeiros que investissem no braço nacional, visto que a mão-de-obra imigrante, embora viável para a província mineira, ainda não podia ser empregada:

> Assim defenderemos a tese que desde os nossos primeiros artigos temos sustentado: isto é, que a colonização estrangeira deve ser introduzida no campo pelo governo com a criação de núcleos coloniais e que aos particulares, por enquanto, cabe apenas o aproveitamento dos libertos; em outros termos e estes mais explícitos, - a colonização estrangeira não pode atualmente ser sustentada pelos lavradores do campo se contratada por eles.
> (Gazeta de Minas, 01 de Julho de 1888, edição n°p. 1. Grifo nosso.)

Passado um mês, encontramos outra notícia sobre a possibilidade de contratar trabalhadores estrangeiros:

> Apela para que os fazendeiros de Minas atentem-se para a questão da transição da mão-de-obra: "Vós que lavrais a terra, se acaso não tiverdes trabalhadores obrai com prudência ao buscá-los estrangeiros. Fundou-se em Juiz de Fora o centro imigratório onde ireis procurar camaradas.
> (Gazeta de Minas, 19 de Agosto de 1888, edição n° p . 1e 2).

A leitura de todas as edições do jornal *Gazeta de Minas* para o ano de 1888 nos faz entender que a alternativa imediata ao pós abolição, na região de Oliveira, foi a utilização dos libertos como força de trabalho. A opção pela mão-de-obra imigrante só se faz possível quando a província mineira passa a subsidiar a vinda de imigrantes, principalmente italianos. Isto é claramente percebido quando lemos a documentação criminal do acervo judiciário de Oliveira, no qual a presença italiana aumenta na década de 1890 e nas primeiras décadas do século XX.

2. Perfil e inserção econômica dos Imigrantes Italianos

Quando nos referimos ao perfil dos imigrantes que figuram como personagens na documentação crime, abordamos suas características principais que geralmente aparecem nos autos de qualificação e interrogatórios. Essas características variaram no decorrer do tempo e são percebidas à medida que lemos os documentos.

João César da Barra, imigrante italiano, natural de Nápoles, solteiro, de 24 anos e comerciante de ouros lavrados, na madrugada do dia 26 de setembro de 1855 vinha da Vila de Formiga em direção ao Rio de Janeiro, quando resolveu pernoitar no "Rancho do Patrimônio", arraial de São João Batista[12]. Enquanto dormia, João César teve seu cavalo e uma besta roubados e posteriormente vendidos a terceiros por empregados da fazenda que faziam parte de uma quadrilha que roubava animais na região. Diante deste delito, o imigrante deu queixa na justiça; contudo o crime foi julgado pelo juiz de direito como sendo crime de ordem particular e o ofendido além de pagar as custas do processo, ficou sem os animais imprescindíveis ao seu trabalho.

Neste relato, o ofendido João César da Barra era comerciante de ouros lavrados e residia na província do Rio de Janeiro. Pelo seu interrogatório, sabemos que o mesmo era relativamente jovem (24 anos), do sexo masculino e solteiro. Estas particularidades são de grande interesse pois revelam um perfil bem característico de imigrantes de várias regiões do mundo que vieram para o Brasil em meados do século XIX. Além disso, embora não constatemos no processo os motivos pelos quais João César veio ao Brasil, temos a certeza de que ele não veio para estas terras seduzido pela pelas promessas de expansão da lavoura. Podemos supor que tenha sido pela aventura de um simples jovem e desimpedido italiano que quis conhecer o novo mundo, ou como é mais provável, que ele tenha sido

[12] Processo Criminal do acervo do fórum de Oliveira, Caixa 8, registro n° 210.

movido pelas condições precárias de vida enfrentadas na Itália durante seu processo de industrialização e unificação.

Já na documentação referente ao período que corresponde à imigração propriamente dita - final do século XIX e início do século XX – percebe-se uma mudança no perfil dos italianos que para cá vieram, se comparados àqueles referentes ao início do processo de unificação da península itálica. Em sua maioria, eram imigrantes homens, casados e com a idade variando entre 30 e 50 anos. Além disto, a profissão de praticamente todos eles estava relacionada ao comércio. Ou eram negociantes, proprietários de vendas, e donos de confeitarias, ou desempenhavam funções tais como alfaiates, pedreiros, marceneiros, oleiros etc. Quase nunca suas profissões estavam ligadas à lavoura, o que geralmente imaginávamos. Muitos dos crimes denunciados nesta documentação se passaram dentro da venda desses imigrantes. O exemplo que segue abaixo é o relato de Vitor Pelegrino, um italiano de 35 anos de idade, casado, alfabetizado e negociante no distrito de Carmo da Mata, sobre um crime que aconteceu dentro de sua venda no ano de 1907.

> (...) Pelas oito e meia horas da noite de onze de julho próximo findo, estando em seu negócio Pedro Francisco Luiz a fazer compras, apareceu ali Acácio da Silva Paz, rapaz de uns dezoito anos e pôs-se a contar que vinha de uma pescaria e que matou muito com uma garrucha que puxou, dizendo-lhe o depoente que a guardasse, pois não queria aquilo ali no seu negócio, ao que Acácio respondeu que ela estava descarregada; porém o depoente insistiu para que Acácio guardasse a garrucha intervindo neste sentido Honorato Machado Ribeiro que também insistiu para que Acácio deixasse a garrucha. Neste momento, despediu-se um tiro da garrucha vindo o projétil ferir Pedro Francisco que se achava encostado ao balcão do lado de fora. O projétil bala entrou pelo lado direito do peito de Pedro Francisco por debaixo do braço sendo a morte instantânea. O depoente gritou para que prendessem Acácio, que fugiu, ninguém correndo atrás dele devido ao pânico que se apoderou dos que assistiam a este lamentável fato. Não se sabe se havia qualquer dúvida entre Pedro Francisco, homem sério e trabalhador e Acácio, um vadio reconhecido. Parece-lhe que o disparo da garrucha foi casual (...).[13]

Como podemos observar, Pedro Francisco foi assassinado dentro da venda do italiano Vitor Pelegrino. De acordo com o relato do imigrante o ofendido estava a fazer compras e momentos depois morreu vítima da bala disparada da garrucha de Acácio da Silva Paz. O crime em si não nos interessa neste momento. O que vem ao caso neste processo é o fato de Vitor Pelegrino ser o dono do negócio onde tudo aconteceu. Além do mais, de acordo com o seu depoimento, o ofendido estava fazendo compras em sua venda.

[13] Processo Criminal do acervo do fórum de Oliveira, Caixa 17, registro n° 206.

Ora, a venda de Vitor Pelegrino não era um simples botequim de diversões... Pelo teor de seu depoimento, era um negócio que tinha de tudo; uma típica venda característica de pequenos arraiais desta época.

Entretanto, os crimes ocorridos em estabelecimento de italianos não param por aqui. Aconteceram várias outras brigas, assassinatos e furtos em suas propriedades comerciais. Isto não quer dizer que estes crimes aconteciam nestes estabelecimentos por uma questão de estranhamento identitário. Eles são decorrentes do simples fato de que estes lugares são propícios a desavenças à medida que colocam num mesmo espaço diferentes pessoas que se alteram pelas libações alcoólicas e conseqüentemente estranham-se por essas diferenças.

Diante destes dois relatos de crimes que acabamos de analisar, observamos que o perfil dos imigrantes que vieram para o Brasil em meados do oitocentos é caracterizado por indivíduos relativamente jovens e solteiros e suas atividades econômicas geralmente não são fixas em um único lugar. Eles desempenham tarefas que requerem mobilidade espacial tais como o comércio de ouros lavrados, a mascatiação de fazendas etc. Quando observamos os italianos que vieram para o Brasil no final do século XIX e início do XX percebemos serem eles indivíduos um pouco mais velhos, casados e desempenhando atividades econômicas fixas, que não requer tanta mobilidade, como é o caso dos donos de estabelecimentos tais como vendas, padarias e alfaiatarias.

3. Justiça: um dos espaços de reconstrução da identidade italiana no Brasil

Em plena tarde do dia 10 de maio de 1882, no pequeno arraial de Cláudio, pertencente à cidade de Oliveira, província de Minas Gerais, estava o italiano Francisco Del' Porto no estabelecimento do negociante Bernardino José Vitoy, também italiano, quando chegou um indivíduo cujo nome era Nestor José do Valle, que de "tão embriagado trazia as roupas embebidas de água ardente, dando pena às pessoas que lá se encontravam". Diante desta situação, o italiano Francisco Del'porto, riscou um fósforo e jogou nas roupas de Nestor José do Valle. Pelo fato destas estarem encharcadas de cachaça, logo pegaram fogo causando graves ferimentos no ofendido. Devido a este ato cometido pelo italiano, o ofendido moveu um processo contra o mesmo, processo esse que se encontra em meio à documentação crime pertencente à cidade de Oliveira[14].

No entanto, o processo não para por aí. Como vimos o italiano Francisco Del' Porto viu-se envolvido em problemas com a justiça no Brasil ao ser acusado pelo crime de atentar contra a vida de Nestor José do Valle ateando-lhe fogo. O réu, diante dos trâmites judiciais tinha de indicar algumas testemunhas para que pudessem depor no decorrer do processo;

[14] Francisco D' el Porto – réu - Processo Crime caixa 25, ano de 1884.

estas testemunhas foram, portanto, todas de nacionalidade italiana. São elas, o dono do estabelecimento comercial, Bernardino José Vitoy, um vizinho do estabelecimento, Sebastião Pardim cuja profissão era ser cortador de gado e uma mulher que supomos ser a esposa de Bernardino José Vitoy, cujo nome é Ana Floripes Vitoy, testemunha oferecida, mas que não pode comparecer por encontrar-se doente.

Ao lermos este processo, um fato nos intriga: a mobilidade de alguns italianos para deporem a favor de um colega de mesma nacionalidade. A princípio pode parecer que o fato de apenas dois italianos testemunhar a favor de um outro italiano não seja indicativo de nada. É bom deixar claro, que em praticamente todos os autos que relatam crimes cometidos por italianos, encontraremos pelo menos uma testemunha italiana. Este crime cometido em Cláudio foi um dos casos selecionados que mostram esta relativa mobilidade de imigrantes em favor de patrícios no correr dos autos judiciais, revelando uma teia solidária frente aos conflitos advindos de uma sociedade de valores e cultura estranhos.

Alguns trabalhos como os de Karl Monsma para o interior de São de Paulo, e os de Sidney Chalhoub para o Rio de Janeiro, já mencionaram estas redes de solidariedade entre estrangeiros no Brasil. Karl Monsma, já citado anteriormente, ao abordar as relações entre italianos e brasileiros que aparecem nos processos crimes do interior de São Paulo no final do século XIX, chama a atenção para a maneira como o conflito podia mobilizar elementos étnicos em uma comunidade. [15] Sidney Chalhoub, ao fazer alusão sobre as rivalidades étnicas percebidas nos autos crimes de trabalhadores da sociedade carioca do início do século XX, considera que a solidariedade entre estrangeiros de mesma nacionalidade existia como meio mais viável para a sobrevivência num ambiente de forte competição pelas oportunidades de trabalho. [16]

Com relação ao crime cometido em Cláudio, não há como sabermos se todos estes italianos eram da mesma região da Itália, ou até mesmo se eram parentes, para assim justificarmos tamanho laço de solidariedade ao testemunharem a favor de Francisco Del' Porto.

Todavia, como não podemos provar o que eles eram entre si, cabe-nos questionar. O que fazia com que esses italianos criassem laços de solidariedade tão profundos a ponto de organizarem-se e testemunharem a favor de um colega de mesma nacionalidade? A princípio a resposta pode parecer simples, afinal todos os imigrantes envolvidos provinham de um mesmo país que é a Itália. Mas em si tratando do século XIX, este argumento não satisfaz.

---

[15] MONSMA, Karl. Histórias de Violência: processos Criminais e conflitos inter-étnicos. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho "Migrações Internacionais", XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Petrópolis, 2000.
[16] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* Segunda Edição. Editora da Unicamp. Campinas: SP, 2001, p. 104.

Os emigrantes italianos que vieram para o Brasil no final do Oitocentos saíram de uma Itália que acabava de passar por seu processo de unificação; não existia ainda uma nacionalidade italiana homogênea em todo o território, principalmente pelo fato da Itália incorporar tantas diferenças étnicas. João Fábio Bertonha, ao traçar o panorama da unificação da península italiana e os mecanismos para a construção de uma nação italiana, afirma que:

> Os camponeses e outros extratos inferiores da sociedade não apenas haviam participado relativamente pouco das lutas pela unificação do país, como não se sentiam italianos, mas toscanos, vênetos ou sicilianos. Sua consciência de grupo não ia muito além dos limites restritos do território em que viviam, o que punha obstáculos à idéia de uma consciência nacional única, em especial na nova versão de nacionalismo que triunfava no final do século XIX e que demandava unidade lingüística e cultural. (...) mais do que uma Itália nesse século XIX, é mais correto falar em várias Itálias, conforme as regiões e os grupos sociais. [17]

A obra de Bertonha nos dá dimensão do quanto essas diferenças regionais eram grandes e constituíram, a princípio, num obstáculo para a formação da nacionalidade italiana. Entre a unificação da península que se deu na década de 1860, e a primeira guerra mundial, o governo italiano viveu um esforço imenso para que *"os diferentes povos da Itália se sentissem realmente italianos"* [18]. Como nos lembra Eric Hobsbawn [19], a eficácia dos mecanismos para a construção de uma identidade nacional exige tempo, e a unificação da Itália era ainda muito recente, não proporcionando tal nacionalismo no contexto do período de grande migração.

Diante disso, buscamos responder aos nossos questionamentos à luz da antropologia cultural de viés barthiano.

De acordo com o antropólogo norueguês Fredrik Barth, o conceito de sociedade usado pela antropologia social é demasiadamente abstrato, deixando de lado as fronteiras e as características étnicas. Com isso, a compreensão dos grupos sociais fica bastante prejudicada, pois se tende a eliminar questionamentos como aqueles feitos agora a pouco. A relação entre imigrantes italianos e brasileiros nada mais é do que a dinâmica de uma fronteira que define duas realidades bastante diferentes. [20]

Em geral, a antropologia define grupo étnico como sendo uma população que se perpetua biologicamente, compartilha valores culturais fundamentais, constitui um campo de comunicação e interação e os membros do grupo se identificam e são identificados por

---

[17] BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 56.
[18] Idem, p. 60.
[19] HOBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. RJ: Paz e Terra, 1990, p.27.
[20] BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. org POUTIGNAT, Philippe e STREIFF - FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Copyright, 1997.

membros de outros grupos. Todavia, esta definição apresenta-se rígida demais para as sociedades que constantemente sofrem transformações, além de desconsiderar as particularidades de um mesmo grupo. Barth, ao criticar esta definição de grupo étnico considera que, o compartilhamento de valores culturais é uma conseqüência, e não uma característica dos grupos étnicos, como prega a antropologia tradicional. [21] Além disso, a natureza dos traços étnicos depende da manutenção de uma fronteira e essa manutenção está ligada a dicotomização de seus membros. Como bem descreve a antropóloga Manuela Carneiro, é no momento da diáspora e nas situações de intenso contato que as especificidades de um grupo étnico se sobressaem e tornam-se contrastantes formando a fronteira étnica. [22]

Voltando aos italianos do Brasil, não podemos enquadrá-los como pertencentes a um único grupo étnico, como definiu Barth. Em sua maioria, estes imigrantes foram pessoas que vieram de regiões diferentes da Itália, possuindo tradições que não eram comuns a todos, mas quando chegaram ao Brasil e foram submetidos praticamente às mesmas oportunidades de trabalho e convivendo em locais próximos, estes imigrantes começaram a perceber as semelhanças que existiam entre eles, construindo assim, aquilo que Fredrik Barth chama de fronteiras étnicas.

> Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. [23]

Outro aspecto importante para compreendermos o surgimento dessas fronteiras e o conseqüente grau de afinidade da comunidade imigrante no Brasil é a própria característica da auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica

> Uma dicotomização dos outros como estrangeiros, como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compreensão comum, diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo. [24]

---

[21] BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. org POUTIGNAT, Philippe e STREIFF - FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Copyright, 1997, p. 192 e 193.

[22] CUNHA, Manoela Carneiro da. Etnicidade: Da Cultura Residual mas Irredutível. In: Antropologia do Brasi: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. e Negros Estrangeiros: Os Escravos Libertos e sua Volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[23] BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. org POUTIGNAT, Philippe e STREIFF - FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Copyright, 1997.

[24] Idem, p. 196.

Ou seja, o próprio fato dos brasileiros rotularem os imigrantes provenientes da península itálica como sendo italianos, desconhecendo a sua grande variação cultural, foi relevante para que estes mesmos imigrantes, aqui no Brasil, se vissem como pessoas de mesma procedência (península Itálica), salientando assim suas semelhanças.

Vejamos um segundo crime. O italiano Felício Favorito e sua esposa Tironi Marguerita estavam em sua roça de milho quando foram agredidos por Argemiro, Francisco Mathias e João de Tal no dia 18 de março de 1905, na fazenda do Retiro em Carmo da Mata. O motivo do crime seria o fato das criações de Antônio Lobato, dono da propriedade do Retiro, estragar as plantações de milho dos italianos, e esses por sua vez ter reclamado com Antônio Lobato. Os réus eram camaradas na fazenda do Retiro e segundo o testemunho de Felício Favorito *são todos de cor negra*. Das cinco testemunhas que depõem no processo, quatro são italianas e vivem na mesma fazenda do Retiro. São elas: Josephina Corassi, italiana, 48 anos, casada e doméstica; João Milanez, italiano, 52 anos, casado com Josephina Corassi e lavrador; Luiz Milanez, filho do casal, oriundi , 24 anos, casado, lavrador; João Adame Fortunato, italiano, 43 anos, casado, lavrador; Ana Henriqueta de Jesus, brasileira, 30 anos, casada e doméstica. [25]

Quanto ao desfecho do crime, os três réus foram a júri de sentença e o júri absolveu a Francisco Mathias e condenou os demais a 17 meses e 15 dias de prisão simples.

A princípio, os questionamentos feitos anteriormente sobre a reconstrução de uma identidade italiana no Brasil não são cabíveis para este caso, pois o crime se passou em 1905, dando tempo para que os imigrantes saíssem da Itália comungando efetivamente sua identidade nacional. Mas quando paramos para analisar os dados da testemunha de nome Luiz Milanez, filho do casal Josephina Corassi e João Milanez, e observarmos que ele, embora seja filho de italianos, é brasileiro, pois não nasceu na Itália, somos capazes de estimar que o citado casal veio para o Brasil em meados da década de 1870. Isso faz com que o questionamento sobre a identidade étnica dos imigrantes seja possível também neste processo, visto que esses italianos saíram de uma Itália recém unificada.

Em linhas amplas, o que podemos concluir depois de demonstrar estes dois casos? Grande parte dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil no período da grande imigração saíram de uma Itália que tinha acabado de passar por seu processo de unificação. Isso nos leva a acreditar que, quando os italianos deixavam suas casas lá na Itália e vinham para o Brasil, eles vinham como pessoas pertencentes a uma região, e não a um país. A identidade regional sobrepunha a identidade nacional. Mas por que isto acontecia? Isso acontecia pelo fato da unificação italiana ser recente ao período da

[25] Tironi Marguerita e Felício Marguerita - ofendidos- Processo Crime caixa 14, ano de 1905.

imigração e também pelo fato da Itália abrigar inúmeras diferenças regionais, dificultando surgimento de uma identidade italiana.

Entretanto, o "x" da nossa questão não é esse, mas sim entender como grande parte destes italianos saíam da Itália com uma consciência regional, e aos poucos, no Brasil, acabavam por assumir a identidade nacional enquanto indivíduos italianos? Como acontecia este processo de reconstrução da identidade italiana?

Ao analisar processos criminais de imigrantes italianos de arquivos de outras cidades, pudemos constatar em alguns crimes, a afirmação de uma identidade regional enquanto indivíduos provenientes da Calábria, no sul da Itália. Nesses casos, em todos os interrogatórios a resposta à nacionalidade era calabrês, e nunca italiano. Ao estudar com mais afinco estes interrogatórios, constatamos que os envolvidos que se diziam calabreses, ao invés de italianos, estavam no Brasil há poucos meses. Isso nos faz pensar que em face das condições vivenciadas numa terra estranha, as diferenças regionais desses italianos iam aos poucos se diluindo. Não podemos esquecer também que, embora nestes casos em que os indivíduos se diziam calabreses, a justiça sempre desconsiderava as identidades regionais existentes dentro da Itália e taxava a todos como sendo italianos.

Diante deste panorama de questionamentos e indagações podemos perceber que o aparelho judiciário foi um espaço que contribuiu para a reafirmação de uma identidade italiana no Brasil. Contudo, é importante frisarmos alguns aspectos desta identidade.

Como foi visto, a construção da nação italiana se deu tardiamente, se comparada às demais nações européias, sem esquecer a grande dificuldade em lhe dar com as várias diferenças regionais que compunham a península Itálica. Assim, criou-se primeiro o Estado da Itália, e os italianos seriam "fabricados" posteriormente, diante das medidas de construção da identidade nacional na Itália.

No contexto da grande emigração de italianos pelo mundo, não existia ainda uma identidade comum a todos aqueles que deixaram a península. Como nos lembra João Fábio Bertonha:

> Não espanta, assim, que boa parte das estratégias emigratórias dos italianos durante esse longo processo que foi a emigração em massa tenha se baseado em aldeias e regiões e não, necessariamente, no país Itália, o que leva muitos pesquisadores a questionarem se, mesmo depois da unificação italiana, havia de modo efetivo uma emigração de italianos propriamente ditos. [26]

Ao chegarem ao Brasil, as identidades regionais dos italianos falavam mais alto. Contudo, percebemos que paralelo ao processo de construção de uma identidade italiana

[26] BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 94.

na Itália, ocorreu um processo de reconstrução da identidade italiana no Brasil, mas com mecanismos e elementos diferenciados.

João Fábio Bertonha defende a hipótese de que, as identidades regionais entre imigrantes da península itálica, no Brasil, iam se diluindo e enfraquecendo *dada a força do movimento nacionalista que emanava da própria Itália e atingia as coletividades italianas do exterior e a formação de uma nova identidade étnica a partir da vivência dos imigrantes no novo mundo.*[27] É plausível que a força do nacionalismo italiano tenha chegado às demais comunidades espalhadas pelo mundo em decorrência da emigração.

Contudo, devemos dar maior atenção a esta identidade étnica que se constrói a partir da vivência no outro país. Existiram inúmeros espaços de revitalização destes laços étnicos. Podemos mencionar as sociedades de mútuo socorro italianas espalhadas pelo Brasil, as festas religiosas, principalmente aquelas que devotavam os santos italianos, o ambiente fabril, que posteriormente se desdobra nos primeiros movimentos operários, tão característico desta época de surtos industriais no país, dentre outros inúmeros espaços.

Dentro destes espaços de revitalização dos laços étnicos dos imigrantes italianos podemos estacar o aparelho judiciário. A justiça, como outras instituições, foi sem dúvida um espaço de confronto entre habitantes da península itálica e habitantes do Brasil. Mas ela foi um espaço privilegiado, à medida que registrou nos inúmeros autos criminais envolvendo os imigrantes, o surgimento de fronteiras que claramente definiam quem era brasileiro e quem era italiano.

Como nos atesta Roberto Cardoso, o jogo dialético entre semelhança e diferença é um dos elementos para a consolidação do sentimento de identidade[28]. A justiça, dentro desta visão é um dos campos onde se desenvolveu tal jogo. Ela propiciou o surgimento daquilo que a antropologia chama de *"identidade contrastiva"*. Mas como os imigrantes provenientes da península itálica, chegaram ao Brasil com uma identidade regional e aos poucos assumiram a identidade nacional?

Na obra *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África* a antropóloga Manuela Carneiro, já citada em outro momento no texto nos faz refletir o quanto a identidade, não necessariamente é algo inerente à espécie humana, mas é construída e constantemente modificada de acordo com as situações:

> O que se ganhou com os estudos da etnicidade foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constituiu resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as

[27] BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 96.
[28] OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p. 36.

> outras identidades em jogo, com as quais formam um sistema. É uma estratégia de diferenças. [29]

Nas palavras de Ivan Vellasco, *a construção das identidades são, portanto, uma escolha estratégica através das quais os indivíduos estabelecem relações com a realidade circundante e atuam sobre ela, ordenando-a de modo particular* [30]. Tais reflexões nos apontam para o papel ambíguo da justiça neste jogo de construção de identidades. Ela propiciava a formação de laços de solidariedade entre os imigrantes, e ao mesmo tempo, ao rotular esses imigrantes como "italianos", encobria a expressão das identidades regionais.

Talvez Francisco Del Porto, Sebastião Pardim e Bernardino Vitoy só se perceberam como homens provenientes de um mesmo lugar, comungando a nacionalidade italiana, quando tiveram de se juntar para vencer as diferenças judiciais que comprometeria a Francisco Del Porto. O crime cometido por este italiano fez salientar, ainda que de maneira inconsciente, as fronteiras étnicas entre a comunidade italiana e os demais habitantes brasileiros do pequeno arraial de Cláudio. Já os demais habitantes da península itálica que assumiam suas identidades regionais, como o caso dos calabreses, ao vivenciarem no Brasil a constante tentativa de inclusão numa cultura e numa sociedade estranhas, eles receberam o peso do ser *"italiano"* e acabaram por interiorizar a identidade italiana ainda que por outros meios, que não a justiça.

Conclusão

A imigração italiana na região de Oliveira não foi tão expressiva como em outras regiões do estado de Minas Gerais tais como São João Del Rei e Juiz de Fora. Além disso, faltam ainda muitas pesquisas sobre esta região do sudoeste de Minas, principalmente relacionadas aos seus aspectos econômicos e políticos para assim compreendermos as proporções e significados da imigração estrangeira nesta região.

Contudo, a documentação crime pertencente a Oliveira permite que cheguemos até estes imigrantes e resgatemos por meio de suas denúncias, crimes e testemunhos como eram suas vidas no oeste mineiro e quais foram as suas estratégias de inserção social. É bom lembrar que, no caso da imigração italiana, os processos crimes representam a principal via de acesso a estes personagens, visto que as demais fontes mencionam de maneira tímida sua presença no oeste de Minas Gerais.

---

[29] CUNHA, Manoela Carneiro da. *Negros Estrangeiros. Os Escravos Libertos e sua Volta à África*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 206.

[30] VELLASCO, Ivan de Andrade. As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Lauriano. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, 2006: p. 161.

No que se refere ao perfil destes imigrantes, a maioria dos italianos, desde meados do século XIX até o início do século XX envolveram-se em atividades relacionadas de alguma forma ao comércio. Aparecem pouquíssimos relatos de imigrantes lavradores, mostrando-nos que eles criaram oportunidades de inserção econômica diferente daquelas apresentadas pelo programa de imigração, no qual o imigrante deveria trabalhar na lavoura.

Outro ponto de extrema relevância são as redes de solidariedade que estes imigrantes criaram aqui no Brasil, revelando ao leitor um outro viés do processo de reconstrução de uma identidade italiana fora das fronteiras da Itália. Além disso, constatamos também, que, a justiça foi um espaço que conferiu dinamicidade às fronteiras étnicas e consequentemente contribuiu para a afirmação de uma identidade italiana no Brasil, ainda que a mesma não existisse na Itália recém unificada.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas:

Arquivo de Oliveira [31]

- *Processos Criminais do acervo judiciário de Oliveira, 1880 – 1915* (apenas os que envolverem imigrantes italianos).

Fontes Digitalizadas

- *Jornais de Oliveira disponibilizados no site www.gazetademinas.com.br.*

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. – 2 ed. - São Paulo: Editora da USP, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896 – 1915). In BONI, Luis A. *A presença Italiana no Brasil II*. Instituto Giovani Agnelli, Porto Alegre.

BERTONHA, João Fábio. *A imigração italiana no Brasil*. Série "Que história é esta?". São Paulo: Saraiva, 2004.

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. org POUTIGNAT, Philippe e STREIFF - FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Copyright, 1997.

CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil a Itália desde 1861. In: BONI, Luís Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Tecnologia. Fundacione Giovanni Agnelli, 1990.

[31] Os arquivos criminais da cidade de Oliveira encontram-se temporariamente sobre a guarda Universidade Federal de São João Del Rei, tendo em vista que o acervo judiciário desta cidade foi higienizado, lido, microfilmado e suas principais informações disponibilizadas na Internet por meio de banco de dados.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho*, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

COLBARI, Antônia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultuara Brasileira*. ANPUH: 2007.

CONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de História, a diversidade como "patrimônio sociocultural"; IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LANNA, Ana Lúcia. A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870 – 1920. 2 ed. Campinas, editora UNICAMP: 1989.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. RJ: Paz e Terra, 1990.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar / UFMG. Belo Horizonte: 1980.

MONTEIRO, Norma de Góes**.** *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte: 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: alemães e italianos em Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. UFF, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira – 1850/1930*. Revista Eletrônica de História do Brasil, v.9, n°1 , janeiro/julho, Juiz de Fora: 2007.

STOLKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

VELLASCO, Ivan de Andrade. As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Lauriano. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, 2006.